COMO AVALIAR UMA PRÁTICA DA IGREJA

O NOSSO SISTEMA DE MEDIDORES
E A SUA APLICAÇÃO A

TITO 2:3-5

LUIS DA SILVA

COMO AVALIAR UMA PRÁTICA DA IGREJA

O NOSSO SISTEMA DE MEDIDORES E A SUA APLICAÇÃO A TITO 2:3-5

LUIS DA SILVA

Professor Luis da Silva
CONSULTOR | FORMADOR | INVESTIGADOR


CONTACTO
E REDES SOCIAIS
WEBSITE
www.professorluisdasilva.com
EMAIL
contacto@professorluisdasilva.com
WHATSAPP
+244 936 955 864
REDES SOCIAIS
@profmrluisdasilva
LUIS DA SILVA

INDICE

Primeiro - Os alicerces do sistema 8

1.1 Três perguntas que nunca devemos misturar 8

1.2 Sete categorias que não são equivalentes 8

1.3 Quando a nossa luta é contra a forma 10

Segundo - Os treze medidores 12

Medidor 1 - Autoridade bíblica 12

Medidor 2 - Coerência lógica 12

Medidor 3 - Escala 12

Medidor 4 - Recorrência 13

Medidor 5 - Finalidade 13

Medidor 6 - Edificação 13

Medidor 7 - Sustentabilidade e mordomia 14

Medidor 8 - Capacidade humana 14

Medidor 9 - Resultados e frutos 14

Medidor 10 - Adaptabilidade 15

Medidor 11 - Elasticidade espiritual 15

Medidor 12 - Distinção normativa (princípio e forma) 17

Medidor 13 - Consequências não intencionais 18

Uma grelha para avaliar qualquer prática 18

Terceiro - Inferências e implicações 18

3.1 O autor não ter pensado numa consequência não significa que ela não esteja no texto 19

3.2 O cuidado com as inferências 19

Quarto - As limitações bíblicas 20

4.1 O que são limitações bíblicas 20
4.2 Seis tipos de limitações, segundo a origem 21
4.3 A natureza da limitação determina o que ela restringe 22
4.4 Natureza prescritiva, permissiva e proibitiva 23
4.5 O cuidado com os limites que nós próprios criamos 24
Quinto - O método completo numa sequência 24
Sexto - O sistema aplicado a Tito 2:3-5: o ministério das irmãs 26
6.1 O texto bíblico e o seu contexto 27
6.2 Texto: o que está efetivamente escrito? 27
6.3 Contexto: o que Paulo procura alcançar? 28
6.4 Mandamento: o que é prescrito? 29
6.5 Princípios: que verdades orientam a prática? 29
6.6 Exemplo bíblico: o que o texto modela e o que não modela? 30
6.7 Inferências: o que podemos concluir a partir do texto? 31
6.8 Implicações: que consequências decorrem da passagem? 32
6.9 Limitações: o que restringe o exercício deste ensino? 33
6.10 Limitações humanas e práticas: a igreja não é omnipotente 36
6.11 Aplicação prática: que formas podem ser legítimas? 36
6.12 Avaliação prudencial: os medidores complementares 37
6.13 Revisão crítica: que erros de interpretação devemos evitar? 38
6.14 Conclusão metodológica da aplicação 39
Conclusão 41
Obras citadas 42

Introdução

Queremos começar por uma pergunta que eu, e alguns dos meus irmãos, fazemos há muito tempo e que agora queremos fazer contigo: como sabemos se aquilo que defendemos como bíblico está realmente fundamentado na Escritura, se a nossa interpretação é coerente e se a sua aplicação funciona na vida concreta da igreja?

Há uma razão prática para insistirmos nisto. Muitas vezes, ao colocarmos uma convicção em prática, descobrimos que a nossa interpretação, ou pelo menos a forma de a aplicar, precisava de ser revista. Pensa em dois exemplos que conhecemos bem.

O primeiro é o de algumas igrejas que adotaram o sentar em círculo como se fosse uma verdade bíblica. Basta aplicar o teste do número para ver o problema: numa assembleia de 100 pessoas, seria necessária uma disposição circular enorme, e levar o púlpito a todos deixaria de ser viável.

O segundo é o de igrejas que só recolhem ofertas quando surge uma necessidade. Isso não passa no teste da necessidade recorrente. Onde há viúvas, presbíteros e missionários que dependem da igreja, as necessidades são constantes e previsíveis, e exigem contribuição regular.

Nenhum destes exemplos prova, por si só, que uma prática seja bíblica ou antibíblica. Mostram que precisamos de critérios para pensar com mais cuidado. É isso que queremos partilhar contigo: um sistema de medidores que nos ajuda a ser mais fiéis às Escrituras e mais sensatos na prática.

Vamos fazê-lo em duas etapas. Primeiro construímos o sistema, passo a passo, para que o compreendas por inteiro. Depois empregamo-lo num caso concreto, Tito 2:3-5 e o ministério das irmãs, para que o vejas a funcionar e não apenas descrito.

- **Primeiro - Os alicerces:** as perguntas e as categorias que não devemos misturar.
- **Segundo - Os treze medidores:** os testes práticos e uma grelha para os usar.

- **Terceiro - Inferências e implicações:** o que o texto declara e o que dele concluímos.
- **Quarto - As limitações bíblicas:** até onde uma prática pode ir.
- **Quinto - O método completo:** a sequência que reúne tudo.
- **Sexto - O sistema aplicado a Tito 2:3-5:** o exercício completo.

Se já viveste, na tua igreja, o conflito entre quem defende uma forma e quem a rejeita, acreditamos que este caminho te será útil.

Luis da Silva

Primeiro - Os alicerces do sistema

1.1 Três perguntas que nunca devemos misturar

Antes de qualquer medidor, precisamos de separar três perguntas:

- **Verdade bíblica:** a Escritura realmente ensina ou exige isto?
- **Interpretação:** estamos a compreender corretamente o que a Escritura ensina?
- **Aplicação:** a forma que escolhemos concretiza fielmente o princípio nas circunstâncias reais?

O bom senso, a prudência, a experiência e a observação dos resultados ajudam-nos sobretudo nas duas últimas questões. Não substituem a autoridade das Escrituras, mas evitam que uma aplicação humana seja confundida com um mandamento divino.

Há ainda um cuidado que queremos que guardes desde já: uma prática não se torna antibíblica só porque é difícil de executar, assim como não se torna bíblica só porque funciona bem.

1.2 Sete categorias que não são equivalentes

Quando olhamos para a vida das igrejas, vemos com frequência uma confusão entre preferência e mandamento. Alguns elevam à categoria de ordem divina a forma que preferem. Outros resistem a uma forma por medo de que ela escale para outra coisa. E por vezes lutamos contra a forma quando deveríamos discutir o princípio. Por isso, distinguir é indispensável: não podemos transformar uma preferência pessoal numa obrigação divina, nem tratar um mandamento explícito como opcional apenas porque preferimos outra prática.

Distinguimos, então, sete categorias. Relacionam-se entre si, mas não são a mesma coisa: um mandamento pode conter um princípio e admitir diferentes formas de aplicação, e um exemplo pode ajudar-nos a compreender o mandamento, mas precisamos de examinar o seu contexto antes de o universalizar.

1. Mandamento explícito. Aquilo que o texto ordena expressamente. Exemplo: "Orai sem cessar" (1 Tessalonicenses 5:17). *Pergunta: o que a Escritura ordena diretamente?*

2. Princípio bíblico. Uma verdade normativa que orienta decisões e comportamentos para além de uma situação particular, mesmo quando a Escritura não especifica todos os detalhes operacionais. Exemplo: a edificação da igreja deve orientar o exercício dos dons (1 Coríntios 14:26). *Pergunta: que verdade deve governar a nossa conduta?*

3. Exemplo bíblico. Uma prática ou situação narrada nas Escrituras, cujo valor normativo precisa de ser determinado pelo contexto, pela intenção do texto e pela sua relação com outras passagens. Pode ilustrar um princípio, apresentar um modelo ou, conforme o contexto, ter força normativa. Exemplo: os cristãos reuniam-se em casas (Romanos 16:5; Colossenses 4:15). Isso demonstra que as casas eram locais de reunião, mas não estabelece, por si só, que todas as igrejas devam reunir-se exclusivamente em casas.[1] *Pergunta: o que este exemplo demonstra e até que ponto deve ser imitado?*

4. Inferência bíblica. Uma conclusão que não é declarada literalmente, mas que decorre de uma ou mais afirmações das Escrituras por meio de um raciocínio fundamentado. Exemplo: em Atos 6:1-7, a escolha de pessoas para atender a uma necessidade prática permite inferir que a organização do serviço pode ajudar a evitar a negligência de grupos da comunidade. *Pergunta: a conclusão decorre realmente das premissas bíblicas ou estamos a acrescentar algo que o texto não exige?*

5. Implicação lógica ou teológica. Uma consequência que decorre de uma afirmação bíblica, mesmo que não tenha sido

---

[1] Gordon Fee e Douglas Stuart propõem o mesmo cuidado para as narrativas de Atos: um precedente só tem valor normativo quando se pode demonstrar que o autor pretendia que funcionasse assim, e aquilo que era a prática normal da igreja primitiva não se torna, por isso, normativo. Os autores advertem contra «confundir a normalidade com a normatividade». Gordon D. Fee e Douglas Stuart, *Entendes o que lês? Um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica*, 4.ª ed. rev. (São Paulo: Vida Nova, 2022), cap. 6, «Atos: a questão do precedente histórico».

formulada diretamente pelo autor no contexto imediato. Se a igreja deve edificar os seus membros e alguns não conseguem participar por causa de uma barreira organizacional evitável, podemos inferir que essa barreira merece ser revista. É necessário distinguir uma implicação necessária de uma conclusão apenas provável: nem todas as consequências possíveis de uma afirmação são consequências que ela realmente exige.[2] *Pergunta: esta consequência é necessária, provável ou apenas possível?*

6. Aplicação prática (forma de aplicação). A tradução de um princípio ou mandamento numa ação concreta, tendo em conta as circunstâncias reais: um plano de visitas pastorais, pequenos grupos, encontros de formação para as irmãs, conferências, visitas domiciliárias. Estas formas podem ser legítimas sem serem, por isso, mandamentos explícitos. *Pergunta: esta aplicação é fiel ao princípio e adequada às circunstâncias?*

7. Implicações não consideradas pelo autor. Uma afirmação pode ter consequências lógicas ou práticas que o autor não chegou a considerar conscientemente. Isso é diferente de afirmar que descobrimos um novo mandamento escondido no texto. Um princípio bíblico sobre edificação pode ter implicações para tecnologias, plataformas digitais ou formas modernas de organização que não existiam no contexto original. A aplicação contemporânea pode ser válida, mas precisa de ser demonstrada a partir do princípio, e não atribuída ao autor como se ele tivesse discutido aquela circunstância específica. *Pergunta: estamos a descobrir uma consequência legítima do texto ou a projetar nele uma ideia nossa?*

1.3 Quando a nossa luta é contra a forma

Imagina alguém que diz: "As irmãs não devem organizar atividades próprias, mesmo sob a instrução de irmãs maduras, porque isso pode escalar para outra coisa". Imagina outra pessoa

[2] Fee e Stuart distinguem declarações de nível primário, derivadas das proposições explícitas ou dos imperativos da Escritura, e declarações de nível secundário, derivadas de forma incidental, por implicação ou por precedente. As secundárias não deixam de ser importantes, mas não têm o mesmo estatuto. Fee e Stuart, *Entendes o que lês?*, cap. 6.

que defende que só o acompanhamento individual, ou só as reuniões nas casas, são legítimos[3]. Em ambos os casos, a discussão deixou de ser sobre o princípio que a Escritura estabelece e passou a ser sobre uma forma particular de o aplicar. É o que acontece, por exemplo, em torno de Tito 2:3-5, a que voltaremos na Sexta parte.

O receio de que uma atividade ultrapasse os limites que a igreja considera bíblicos deve ser examinado, não ridicularizado. Mas é preciso não confundir a possibilidade de abuso com a ilegitimidade de uma prática, e o raciocínio precisa de ser demonstrado:

1. Qual é exatamente o limite bíblico que se pretende preservar?
2. A atividade proposta viola realmente esse limite?
3. Se existe um risco, pode ser prevenido mediante organização, orientação e supervisão?
4. Se o risco não pode ser adequadamente controlado, que alternativa cumpre melhor o princípio bíblico?

Deste modo, não proibimos uma atividade apenas porque poderá conduzir a outra, e também não ignoramos um risco concreto apenas porque a atividade inicial parece legítima. A resposta deve ser proporcional ao problema demonstrado. E se alguém considera que uma determinada forma viola outro princípio ou mandamento bíblico, é necessário examinar esse argumento: não basta classificá-lo como preferência pessoal.

O objetivo não é que cada irmão invente a sua própria maneira de interpretar e aplicar a Bíblia sem prestar contas à comunidade. É que a igreja aprenda a fundamentar as suas decisões, a distinguir convicções de preferências e a corrigir práticas quando descobre que confundiu uma aplicação humana com uma exigência divina. Uma igreja madura não pergunta apenas: "Fizemos isto assim no passado?". Pergunta também: "Por que razão fazemos assim? Que texto sustenta esta prática? O que é mandamento, o que é princípio

[3] D. A. Carson chama a este erro «disjunção falsa»: exigir a escolha entre duas coisas quando é possível que sejam complementares. Considera-o muito comum e potencialmente destrutivo para uma exegese equilibrada. D. A. Carson, *Falacias exegéticas*, trad. Beatriz Fernández (Viladecavalls: CLIE, 2013), 96.

e o que é uma forma que podemos rever?". Isto exige estudo bíblico, diálogo, prudência e disposição para corrigir interpretações.

Segundo - Os treze medidores

Cada medidor testa uma dimensão diferente daquilo que a igreja acredita e pratica. Não são fórmulas mecânicas: são perguntas que nos obrigam a pensar. Podes usá-los sempre que estejas a analisar uma tradição, uma interpretação ou uma decisão administrativa.

Medidor 1 - Autoridade bíblica

A Escritura exige isto, permite isto ou apenas não o proíbe? É o primeiro e o mais importante critério. Aqui distinguimos mandamentos explícitos, princípios, inferências e formas de aplicação. Reunir-se numa casa é uma prática encontrada no Novo Testamento (Atos 2:42-46), mas isso não demonstra, por si só, que todas as reuniões da igreja devam ocorrer numa casa, nem que um único modelo de reunião seja obrigatório (1 Coríntios 14:26-40).

Medidor 2 - Coerência lógica

A conclusão decorre realmente do princípio que invocamos? Este critério deteta contradições entre aquilo que uma igreja afirma e aquilo que pratica. Se afirmamos que todos os membros devem participar ativamente, mas organizamos tudo de modo que só duas ou três pessoas possam servir, a prática contradiz o objetivo declarado. O meio escolhido tem de ser coerente com o fim pretendido.

Medidor 3 - Escala

A prática continua viável quando a comunidade cresce? É o exemplo das reuniões em círculo. Uma disposição circular pode favorecer a participação num grupo pequeno; com 100 pessoas, pode exigir um espaço muito maior, prejudicar a visibilidade e dificultar ouvir quem fala. Isso não prova que o círculo seja antibíblico. Demonstra que uma forma adequada a um grupo

pequeno não é necessariamente adequada a uma assembleia numerosa. A solução pode ser usar círculos nos pequenos grupos e outra disposição nas reuniões gerais. É o teste de escalabilidade: verificar se a prática suporta o crescimento sem perder a sua finalidade.

Medidor 4 - Recorrência

A necessidade é ocasional ou permanente? É o exemplo das ofertas. Se a igreja tem viúvas necessitadas, sustenta missionários ou apoia regularmente os presbíteros, existem necessidades que não aparecem apenas em situações extraordinárias (1 Coríntios 16:1-2; 1 Timóteo 5:3-18). Uma política de recolher ofertas exclusivamente quando surge uma necessidade pontual pode ser insuficiente para uma responsabilidade recorrente. A igreja precisa de avaliar as necessidades previsíveis, estabelecer uma forma responsável de contribuição e prestar contas da utilização dos recursos. A ressalva é que o Novo Testamento não estabelece um único sistema financeiro obrigatório para todas as igrejas: o princípio da contribuição regular aplica-se conforme as responsabilidades reais de cada comunidade.

Medidor 5 - Finalidade

Esta prática alcança o propósito para o qual foi instituída? Uma prática deve ser avaliada pelo objetivo que pretende cumprir. Se o objetivo do ensino é formar discípulos capazes de ensinar outros, uma atividade que transmite informação mas nunca prepara novos instrutores cumpre apenas parte da finalidade. Se o objetivo pastoral é cuidar do rebanho, uma estrutura que concentra todo o cuidado numa única pessoa torna-se insuficiente (Efésios 4:11-16; 2 Timóteo 2:2).

Medidor 6 - Edificação

A prática edifica a comunidade ou cria obstáculos desnecessários? Uma forma pode ser possível e, ainda assim, produzir confusão, excluir pessoas ou dificultar a participação. Em 1 Coríntios 14:26, Paulo apresenta a edificação como finalidade das

contribuições na reunião; nos versículos 33 e 40, fala de paz, ordem e decência. Isto permite avaliar se a organização das reuniões ajuda efetivamente a comunidade a participar e a ser edificada. Mas edificação não significa agradar a todos: o ensino fiel pode confrontar os membros, desde que o faça segundo a verdade e com propósito construtivo.

Medidor 7 - Sustentabilidade e mordomia

Existem recursos e pessoas suficientes para manter esta prática? A igreja pode desejar realizar muitas atividades, mas precisa de considerar recursos financeiros, tempo dos voluntários, espaços disponíveis e competências necessárias. Assumir compromissos permanentes com missionários sem prever como serão financiados pode comprometer a continuidade do apoio. A prudência não exige que a igreja só faça aquilo que pode financiar de imediato; exige que distinga entre fé, planeamento responsável e compromissos que não consegue sustentar.

Medidor 8 - Capacidade humana

A prática considera as capacidades, necessidades e limitações das pessoas? Nem todos os membros têm a mesma idade, disponibilidade, experiência, saúde ou capacidade de deslocação. Uma atividade que funciona para adultos jovens pode excluir idosos ou famílias com crianças pequenas. Uma estrutura que exige que o presbítero faça pessoalmente todas as visitas torna-se insustentável: os presbíteros continuam responsáveis pela supervisão pastoral, mas podem preparar os membros para o cuidado mútuo, porque delegar tarefas não elimina a responsabilidade de supervisão. Este medidor ajuda a distinguir entre exigir fidelidade e impor encargos desnecessários (Atos 6:1-7; Romanos 12:3-8).

Medidor 9 - Resultados e frutos

O que acontece realmente depois de implementarmos a prática? A observação dos resultados permite identificar se uma aplicação está a cumprir o seu propósito. Se um modelo de

formação não produz membros mais preparados, é necessário investigar se o problema está no conteúdo, no método, na frequência ou no acompanhamento. Contudo, os resultados não são uma medida absoluta da verdade: uma prática pode ser popular e produzir crescimento numérico sem ser biblicamente fiel, e outra pode ser correta e enfrentar dificuldades temporárias. Os resultados ajudam a avaliar a aplicação; não substituem a avaliação bíblica.

Medidor 10 - Adaptabilidade

Podemos alterar a forma sem abandonar o princípio? Uma igreja pode começar numa casa, passar para um salão e, mais tarde, reunir-se em vários grupos durante a semana. Se o princípio é a comunhão, a edificação e a participação dos membros, mudar o espaço ou o formato não significa abandonar a convicção bíblica. A maturidade consiste em saber o que deve ser preservado e o que pode ser alterado: princípios bíblicos não devem ser abandonados por conveniência, e formas humanas não devem ser absolutizadas por tradição.[4]

Medidor 11 - Elasticidade espiritual

A frequência ou a ausência desta prática fortalece ou enfraquece as disposições interiores de que a igreja precisa? Este critério acrescentámo-lo ao sistema por vermos que certas práticas não servem apenas para resolver uma necessidade imediata: também formam quem as pratica. Definimos assim a elasticidade espiritual: é a capacidade de uma prática regular formar, exercitar e preservar disposições interiores, enquanto a sua negligência prolongada pode contribuir para o enfraquecimento dessas mesmas disposições.

A oferta é o melhor exemplo, porque a questão não é apenas financeira: é também espiritual, formativa e comunitária. A

[4] Henry Virkler observa que o significado de um mandamento sobre o comportamento, e o princípio que está por trás dele, só pode ser averiguado a partir do seu contexto; e que, por vezes, é necessário mudar a expressão comportamental de um mandamento para traduzir o mesmo princípio de uma cultura e de um tempo para outros. Henry A. Virkler, *Hermenêutica avançada* (São Paulo: Vida, 1987), 173.

contribuição regular pode desenvolver generosidade (dar sem depender exclusivamente de apelos ocasionais), combater a avareza, cultivar a consciência de mordomia, mostrar que a obra tem necessidades materiais concretas, criar preparação e disciplina (reservar recursos deliberadamente, em vez de depender de lembranças ou de situações urgentes) e fortalecer a perseverança. Em 1 Coríntios 16:1-2, Paulo orienta os cristãos a separarem uma contribuição no primeiro dia da semana, segundo a prosperidade de cada um; em 2 Coríntios 9:5-8, enfatiza a preparação antecipada, a generosidade e a disposição voluntária de dar. Daqui vemos três dimensões: a **regularidade** desenvolve disciplina e preparação, a **intencionalidade** exprime a decisão consciente de contribuir, e a **generosidade** é a disposição interior de dar voluntariamente.

A regularidade ajuda, assim, a igreja a combater três problemas: a avareza, a ignorância de que a obra de Deus tem necessidades materiais concretas, e o despreparo e o esquecimento. Isto não significa que Deus dependa do dinheiro para realizar a sua obra. Significa que a igreja, enquanto comunidade humana que desenvolve atividades concretas, precisa de administrar recursos materiais, e que a prática regular a ajuda a fazê-lo sem cair na avareza ou no esquecimento.

O princípio vale para outras áreas. A negligência prolongada da oração pode enfraquecer a disciplina de buscar a Deus; a ausência de formação contínua pode comprometer o conhecimento da Palavra e a capacidade de a transmitir; a falta de contacto e de participação pode enfraquecer os vínculos entre os membros; a ausência de envolvimento pode reduzir a iniciativa de anunciar o evangelho; a falta de acompanhamento pode tornar a comunidade menos atenta às necessidades dos irmãos. Em todos estes casos, não transformamos a frequência numa lei absoluta: reconhecemos que as práticas regulares podem funcionar como meios de formação espiritual.

Há duas precisões importantes. A ausência de uma prática regular não prova, automaticamente, avareza, assim como a regularidade das ofertas não prova, por si só, generosidade genuína.

E a regularidade deve servir a generosidade, não a substituir: alguém pode contribuir com frequência por pressão, vaidade ou medo, sem cultivar uma disposição generosa. Por isso Paulo ensina que cada um dê conforme decidiu no coração, não com tristeza nem por constrangimento (2 Coríntios 9:7). Resumimos o princípio assim: a ausência ou a irregularidade de uma prática pode enfraquecer as disposições interiores que ela procura exercitar; por isso, certas práticas da vida cristã precisam de ser cultivadas de forma regular, intencional e voluntária. Não avaliamos apenas o que uma prática produz imediatamente, mas também aquilo que, pela sua repetição ou negligência, forma no caráter e nos hábitos da comunidade.

Medidor 12 - Distinção normativa (princípio e forma)

Estamos a defender uma exigência bíblica ou uma solução que escolhemos para cumprir uma exigência bíblica? Estamos a exigir aquilo que a Escritura exige ou a exigir que todos usem a forma que preferimos para cumprir o que ela exige? Muitos conflitos eclesiásticos surgem porque uma forma tradicional é elevada ao nível de princípio divino.[5] Este medidor ajuda-nos a identificar quatro erros recorrentes:

- transformar uma preferência numa obrigação bíblica;
- transformar um exemplo numa regra universal sem examinar o contexto;
- rejeitar uma forma legítima apenas porque não corresponde à forma habitual;
- invocar a liberdade de aplicação para ignorar os limites que a Escritura realmente estabelece.

O último ponto é indispensável. A distinção entre princípio e forma não serve apenas para ampliar possibilidades: serve também para avaliar e, quando necessário, rejeitar formas inadequadas.

---

[5] Grant Osborne coloca a questão nos mesmos termos: não se trata de saber se uma passagem é normativa, mas se o princípio normativo está no nível da superfície ou no nível mais profundo que lhe está subjacente. Observa também que poucos procuram critérios para separar o normativo do cultural, e que as denominações tendem a supor que as suas tradições as guiarão. Grant R. Osborne, *A espiral hermenêutica: uma nova abordagem à interpretação bíblica* (São Paulo: Vida Nova, 2009), 545.

Medidor 13 - Consequências não intencionais

Que outros problemas surgirão se aplicarmos esta ideia? Uma regra concebida para aumentar a participação pode acabar por dificultar a participação dos idosos; uma política financeira concebida para evitar cobranças frequentes pode deixar compromissos permanentes sem financiamento. Os medidores 12 e 13 ajudam a identificar erros que passam despercebidos quando olhamos apenas para a intenção original.

Uma grelha para avaliar qualquer prática

Quando analisamos uma tradição, uma interpretação ou uma decisão administrativa, podes fazer como nós: classificar cada um dos treze medidores como **favorável**, **incerto** ou **problemático**, e acrescentar no fim uma descrição da prática e das evidências observadas. Os critérios são: autoridade bíblica, coerência lógica, adequação à escala, recorrência da necessidade, cumprimento da finalidade, edificação, sustentabilidade, capacidade humana, resultados observáveis, adaptabilidade da forma, elasticidade espiritual, distinção normativa e consequências não intencionais.

A classificação é uma ferramenta de reflexão, não uma prova automática de que a prática é bíblica.

Terceiro - Inferências e implicações

Há um elemento que não pode faltar no sistema: nem tudo o que defendemos vem de um mandamento explícito. Algumas conclusões são deduzidas do texto, enquanto outras decorrem da aplicação dos seus princípios a circunstâncias que os autores bíblicos não trataram diretamente. Por isso precisamos de distinguir a inferência bíblica e reconhecer que existem diferentes tipos de implicações.

3.1 O autor não ter pensado numa consequência não significa que ela não esteja no texto

Aqui é necessário cuidado epistemológico. Há pelo menos três situações diferentes:

- **Intenção do autor:** aquilo que o autor pretendia comunicar no seu contexto histórico e literário.
- **Implicação lógica:** aquilo que decorre necessariamente, ou com forte fundamento, do que o texto afirma, mesmo que o autor não tenha formulado expressamente essa consequência.
- **Aplicação posterior:** a maneira como uma verdade bíblica se relaciona com uma situação que surgiu noutra época.

A terceira situação não é automaticamente uma implicação lógica.[6] E uma implicação lógica não deve ser atribuída à intenção consciente do autor sem fundamento. Os princípios bíblicos sobre a comunicação, a edificação e a ordem podem orientar a avaliação de uma reunião transmitida pela Internet, mas isso não significa que Paulo estivesse a pensar em transmissões digitais quando escreveu 1 Coríntios 14. A verdade pode ter implicações que ultrapassam as circunstâncias imediatas do autor, mas a nossa interpretação dessas implicações continua sujeita a exame.

3.2 O cuidado com as inferências

A inferência é indispensável à interpretação bíblica.[7] Contudo, há inferências mais fortes do que outras.

Tipo de conclusão	Característica	Força
Necessária	Negá-la contradiz as premissas estabelecidas	Muito forte
Fortemente sustentada	Resulta do contexto e de várias evidências convergentes	Forte

[6] Osborne adota a distinção de E. D. Hirsch entre o significado pretendido pelo autor, um núcleo invariável, e a significação e a aplicação desse significado, que variam conforme as circunstâncias. Osborne, *A espiral hermenêutica*, 27-28. Fee e Stuart formulam o limite correspondente: «um texto não pode significar o que nunca poderia ter significado para seu autor ou seus leitores». Fee e Stuart, *Entendes o que lês?*, cap. 4.

[7] Osborne lembra que o Espírito capacita o leitor a compreender a Palavra, mas não lhe dá a informação: «devemos ainda utilizar nossa capacidade racional para obter inferências dos dados». Osborne, *A espiral hermenêutica*, 564.

Tipo de conclusão	Característica	Força
Provável	É uma explicação plausível, mas existem alternativas	Moderada
Possível	Não contradiz necessariamente o texto, mas tem pouco apoio direto	Fraca

Esta escala é uma ferramenta de análise, não uma classificação inspirada. O objetivo é evitar que uma conclusão possível seja apresentada como se fosse a única conclusão bíblica.

Um exemplo que já conheces: alguém pode inferir que Tito 2 requer alguma organização para que mulheres maduras instruam as mais jovens. Essa inferência é razoável. Mas concluir que essa organização tem de assumir exclusivamente a forma de encontros domiciliários exige um argumento adicional.[8] A primeira conclusão não prova automaticamente a segunda.

Quarto - As limitações bíblicas

Há uma dimensão que o sistema precisa de incluir: as limitações bíblicas, a sua natureza e os seus tipos. Não basta identificar um mandamento, um princípio, um exemplo ou uma inferência; também precisamos de determinar até onde uma prática pode ir, o que a restringe e quais são as formas que o texto permite, exige ou exclui. O exemplo de Tito 2:3-5 é particularmente útil, porque o texto estabelece limites para o exercício do ensino das mulheres mais velhas sem prescrever uma única forma organizacional para esse exercício.

4.1 O que são limitações bíblicas

São os limites estabelecidos pelo próprio texto bíblico, pelo seu contexto, pelos princípios doutrinários relacionados ou pelas

[8] Carson chama a este erro «inferência negativa»: que uma proposição seja verdadeira não implica que a sua inferência negativa também o seja. Do facto de uma forma cumprir uma instrução bíblica não se segue que uma forma diferente não a possa cumprir. Carson, *Falacias exegéticas*, 107-108.

consequências necessárias das suas afirmações, dentro dos quais uma prática pode ser considerada legítima. Uma limitação pode definir:

- quem pode exercer determinada atividade;
- o que pode ou deve ser ensinado ou praticado;
- a quem a atividade se dirige;
- com que finalidade deve ser realizada;
- em que condições pode ocorrer;
- até onde a atividade pode ir;
- quais formas são obrigatórias, permitidas ou incompatíveis com as Escrituras.

É importante distinguir uma limitação que o texto estabelece diretamente de outra que concluímos mediante inferência. Ambas podem ser relevantes, mas não possuem automaticamente o mesmo grau de certeza.

4.2 Seis tipos de limitações, segundo a origem

1. Limitações explícitas. São expressamente estabelecidas no texto por mandamentos, proibições, qualificações ou condições. Em Tito 2:3-5, as mulheres mais velhas são descritas como reverentes no procedimento, não caluniadoras, não escravizadas a muito vinho e mestras do bem. Essas qualificações delimitam o perfil esperado de quem exerce esse ensino.

2. Limitações de finalidade. Uma prática não deve perder o propósito para o qual foi instituída. O ensino de Tito 2:3-5 deve formar as mulheres mais novas numa vida coerente com a sã doutrina, incluindo o amor à família e o bom testemunho da Palavra de Deus. Uma atividade que se desvia sistematicamente desse propósito precisa de ser reavaliada.

3. Limitações de destinatários e competência. Definem quem recebe o ensino e que qualificações são pertinentes para quem o ministra. Tito 2:3-5 identifica mulheres mais velhas como responsáveis por ensinar o bem e orientar as mais novas. O texto não transforma automaticamente essa responsabilidade numa autorização irrestrita para qualquer pessoa ensinar qualquer assunto, em qualquer contexto.

4. Limitações doutrinárias e contextuais. A interpretação e a prática não podem contradizer o sentido do texto, a sã doutrina ou outras instruções bíblicas pertinentes. Não seria legítimo utilizar Tito 2 para justificar o ensino de ideias contrárias à doutrina apostólica. A atividade deve ser interpretada em conjunto com o restante do ensino bíblico, sem importar para o texto proibições que ele não estabelece.[9]

5. Limitações inferidas. São limites que não aparecem formulados diretamente, mas que resultam de uma inferência suficientemente fundamentada em textos e princípios bíblicos. Se uma atividade se apresenta como ensino cristão, é razoável concluir que o seu conteúdo deve ser examinado à luz da sã doutrina. Essa conclusão é apoiada por Tito 2 e por outras passagens, embora a formulação específica possa não aparecer como uma proibição direta naquele trecho.

6. Limitações prudenciais e práticas. Resultam da necessidade de realizar uma atividade de modo responsável, considerando capacidade, recursos, ordem, segurança e edificação. Não devem ser confundidas automaticamente com mandamentos bíblicos. Uma igreja pode organizar uma reunião para o ensino das mulheres, mas ajustar o número de participantes, a duração e os recursos à sua realidade. Essas decisões podem ser prudentes sem constituírem prescrições universais das Escrituras.

4.3 A natureza da limitação determina o que ela restringe

Além de classificar a origem do limite, precisamos de identificar a sua natureza, isto é, aquilo que o limite efetivamente regula.

---

[9] Milton Terry lembra que a analogia da fé, isto é, a comparação de tudo o que a Escritura diz sobre um assunto, serve para mostrar a importância relativa das doutrinas e evitar exposições unilaterais. Adverte, porém, que não se pode pôr de lado uma inferência legítima de uma declaração da Escritura só porque não tem apoio noutras passagens, a menos que seja claramente contrariada pela analogia da fé ou por outra declaração igualmente explícita. Milton S. Terry, *Biblical Hermeneutics: A Treatise on the Interpretation of the Old and New Testaments* (Nova Iorque: Phillips & Hunt, 1885), 581.

Natureza	O que delimita
Pessoal	Quem exerce a atividade
Doutrinária	O conteúdo transmitido
Funcional	O que a atividade procura realizar
Finalística	O resultado pretendido
Relacional	A relação entre quem ensina e quem recebe o ensino
Formal ou organizacional	O formato da atividade

A última categoria é especialmente importante. Um texto pode estabelecer limites rigorosos quanto à finalidade, ao conteúdo e às pessoas envolvidas, sem fixar uma forma organizacional exclusiva. Veremos na Sexta parte como cada uma destas naturezas se manifesta em Tito 2.

4.4 Natureza prescritiva, permissiva e proibitiva

Convém distinguir três dimensões que podem coexistir numa mesma passagem:

- **Prescritiva:** aquilo que o texto exige, ordena ou estabelece como responsabilidade.
- **Permissiva:** aquilo que o texto deixa em aberto, sem exigir uma forma única, desde que as alternativas respeitem os limites aplicáveis.
- **Proibitiva:** aquilo que as Escrituras excluem ou vedam. Uma forma de execução deixa de ser aceitável quando viola uma proibição bíblica aplicável, mesmo que o objetivo declarado seja bom.

Em Tito 2, o ensino do bem e a orientação das mulheres mais novas constituem uma responsabilidade apresentada positivamente. Já o formato organizacional não é fixado de modo exclusivo. Por isso, a obrigação pode ser prescritiva enquanto a forma de execução permanece aberta. A permissão, neste caso, não significa que Paulo tenha autorizado expressamente cada modalidade moderna de reunião. Significa que, não havendo uma exigência bíblica de formato exclusivo, as formas concretas podem ser avaliadas como aplicações legítimas da instrução, desde que não contrariem outros limites bíblicos.

Estas categorias não precisam de se excluir mutuamente. Uma passagem pode prescrever o objetivo, permitir diferentes

meios e, ao mesmo tempo, excluir determinadas maneiras de o realizar.

4.5 O cuidado com os limites que nós próprios criamos

É necessário distinguir três situações:

1. **Limite bíblico:** o próprio texto, ou uma conclusão bíblica bem fundamentada, estabelece a restrição.
2. **Limite prudencial:** a igreja adota uma regra para organizar o trabalho, prevenir problemas ou gerir os seus recursos.
3. **Limite tradicional:** uma prática recebida da tradição passa a ser tratada como se fosse uma exigência das Escrituras, sem demonstração suficiente.

Os dois últimos podem, em determinadas circunstâncias, ter utilidade. O problema surge quando uma decisão prudencial ou uma tradição é apresentada como mandamento divino. Uma igreja pode decidir, por exemplo, que as conferências de mulheres terão uma responsável, um programa aprovado e acompanhamento pastoral. Essas decisões podem ser justificáveis pela organização e pelo cuidado doutrinário. Contudo, não devemos afirmar que Tito 2 ordena diretamente esse modelo administrativo, a menos que consigamos demonstrar essa conclusão a partir do texto e de outros princípios bíblicos relevantes.

Também é importante não utilizar a possibilidade de abuso como prova de que toda a forma deve ser proibida. Se uma modalidade apresenta riscos, a pergunta correta é: que limite bíblico concreto está em causa e que medidas permitem respeitá-lo? Em alguns casos, a solução será ajustar a forma; noutros, abandoná-la.

Quinto - O método completo numa sequência

Chegou o momento de reunir tudo. Quando analisamos uma doutrina ou uma prática, seguimos esta sequência de treze passos:

1. **Texto:** o que está efetivamente escrito?

2. **Contexto:** o que o autor comunica no seu contexto histórico e literário?
3. **Mandamento:** existe uma ordem explícita?
4. **Princípio:** que verdade normativa orienta a prática?
5. **Exemplo:** que modelo bíblico é apresentado e qual é a sua força normativa?
6. **Inferência:** que conclusões podem ser legitimamente deduzidas?
7. **Implicações:** que consequências decorrem do texto, mesmo quando não foram conscientemente consideradas pelo autor?
8. **Limitações:** o que restringe a prática, a quem se aplica e com que grau de autoridade?
9. **Natureza dos limites:** são pessoais, doutrinários, funcionais, finalísticos, relacionais, formais ou prudenciais?
10. **Espaço de permissão:** que elementos são obrigatórios e quais permanecem abertos à decisão?
11. **Aplicação:** que formas concretas podem realizar o princípio sem ultrapassar os limites?
12. **Avaliação prática:** a forma escolhida é edificante, sustentável e adequada à realidade da igreja?
13. **Revisão:** se a interpretação ou a aplicação se revelar inadequada, estamos dispostos a corrigi-la?

A sequência não é rígida em todas as situações, mas ajuda a evitar saltos argumentativos.[10] E a ordem importa: se começássemos pelos resultados, correríamos o risco de justificar qualquer prática que pareça funcionar; se ficassémos apenas na interpretação abstrata, correríamos o risco de defender aplicações impraticáveis ou desnecessariamente rígidas. O objetivo não é submeter a verdade bíblica à experiência, mas submeter as nossas interpretações e aplicações a um exame bíblico, racional e prático.

A tese metodológica que sustenta tudo isto é esta: não devemos confundir o que a Escritura declara, o que inferimos dela, o que resulta como implicação, o que observamos nos exemplos bíblicos e o que escolhemos fazer na prática. A autoridade da conclusão deve corresponder à força da evidência que a sustenta. Assim, podemos defender convicções firmes sem transformar

[10] Michael Gorman faz a mesma ressalva sobre o seu método: os elementos do processo não devem ser sempre seguidos cegamente, porque a interpretação se move do texto para o contexto e do significado original para a relevância contemporânea, mais em círculo do que em linha reta. Michael J. Gorman, *Introdução à exegese bíblica* (Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017), cap. 1.

inferências discutíveis em mandamentos divinos e sem confundir uma forma legítima de aplicação com a única forma biblicamente permitida.

Daqui resulta a regra metodológica do nosso sistema: não devemos concluir apenas que uma prática é permitida ou proibida; precisamos de demonstrar qual é a base dessa conclusão, qual é a natureza da limitação, a quem ela se aplica e até onde se estende. Uma restrição não deve ser mais ampla do que a evidência bíblica que a sustenta, e uma permissão não deve ser mais ampla do que os limites bíblicos que a condicionam.[11]

Sexto - O sistema aplicado a Tito 2:3-5: o ministério das irmãs

Agora é a tua vez de ver o sistema a trabalhar. Vamos analisar Tito 2:3-5 com o sistema completo, distinguindo o que o texto determina, os princípios que estabelece, as inferências que permite, as implicações que decorrem dele, as limitações que impõe e as formas de aplicação que deixa em aberto.

A questão central é esta: quando Paulo orienta as mulheres mais velhas a ensinar o bem e a instruir as mais novas, o que é obrigatório, o que é limitado e o que pode ser organizado de diferentes maneiras?

Repara que não começamos por decidir se uma conferência de mulheres é permitida ou proibida. Começamos pelo texto e chegamos à avaliação das formas de aplicação através de uma sequência fundamentada.

[11] Virkler exige o mesmo dos critérios que usamos para distinguir o que se aplica literalmente do que não se aplica: que a sua lógica possa ser demonstrada, que possam ser aplicados de modo uniforme a vários problemas e que sejam extraídos da Escritura ou, pelo menos, consonantes com ela. Virkler, *Hermenêutica avançada*, 172.

6.1 O texto bíblico e o seu contexto

Tito 2:3-5 apresenta as mulheres mais velhas como pessoas que devem ter um comportamento reverente, não ser caluniadoras nem escravizadas a muito vinho, ensinar o bem e instruir as mulheres mais novas a viverem de modo coerente com a sã doutrina, para que a Palavra de Deus não seja difamada.

O trecho integra as instruções de Paulo a Tito sobre a conduta de diferentes grupos da comunidade cristã. Nos versículos anteriores, Paulo dirige-se aos homens mais velhos; nos seguintes, aos homens mais novos e aos servos. O objetivo geral é que a vida dos cristãos seja coerente com a doutrina que professam.

Isto é relevante porque o texto não trata apenas de uma técnica de ensino destinada às mulheres. Trata da relação entre caráter, transmissão da doutrina, formação de outros crentes e testemunho cristão. Também é importante notar que o texto não apresenta uma descrição completa de todas as atividades possíveis das mulheres na igreja. A sua afirmação deve ser interpretada no âmbito da instrução específica que Paulo está a dar, sem a transformar automaticamente numa proibição ou autorização universal para toda e qualquer atividade ministerial.

6.2 Texto: o que está efetivamente escrito?

O texto contém elementos específicos que não devemos confundir.

Elemento	O que encontramos em Tito 2:3-5
Agentes	Mulheres mais velhas
Qualificações	Reverência, domínio da língua e sobriedade
Atividade	Ensinar o bem e instruir as mais novas
Destinatárias	Mulheres mais novas
Conteúdo	Condutas e responsabilidades cristãs

Elemento	O que encontramos em Tito 2:3-5
	descritas nos versículos 4-5
Finalidade	Que a Palavra de Deus não seja difamada
Formato	Não é estabelecido um único modelo de reunião ou ensino

A primeira conclusão é que Paulo não apresenta apenas uma atividade isolada. Ele associa o ensino ao caráter de quem ensina, ao conteúdo transmitido, às pessoas que o recebem e ao testemunho que resulta desse ensino.

Consequência metodológica: não podemos reduzir a passagem à pergunta “as mulheres podem reunir-se para ensinar?”. Precisamos de perguntar também quem ensina, o que ensina, a quem ensina, com que finalidade e de que maneira a atividade respeita as demais instruções bíblicas.

6.3 Contexto: o que Paulo procura alcançar?

O propósito geral de Tito 2 é promover uma vida coerente com a sã doutrina. A passagem apresenta uma ligação entre ensino e conduta: a doutrina cristã não deve permanecer apenas no plano das afirmações, mas produzir uma vida que a torne visível. Daqui resulta uma distinção importante:

- O texto não exige apenas que exista uma atividade chamada "ministério das mulheres".
- O texto exige que o ensino do bem seja exercido por pessoas qualificadas e orientado para a formação cristã.
- A organização de uma atividade é um meio; a formação segundo a sã doutrina é parte do objetivo.

Portanto, uma igreja pode realizar muitas reuniões para mulheres e, ainda assim, não cumprir adequadamente o propósito da passagem, caso essas reuniões não promovam o conteúdo e os resultados visados. Inversamente, uma igreja pode não organizar conferências e realizar esse ensino por meio de acompanhamento pessoal, encontros menores ou outras formas adequadas.

6.4 Mandamento: o que é prescrito?

A passagem atribui às mulheres mais velhas a responsabilidade de ensinar o bem e instruir as mais novas. Não se trata de uma simples sugestão de que as mulheres experientes podem, se quiserem, partilhar conhecimentos. A instrução tem caráter normativo: a formação das mais novas faz parte do padrão de vida cristã que Paulo apresenta a Tito.

É preciso, contudo, delimitar a afirmação. O texto dirige-se especificamente às mulheres mais velhas e às mais novas. Não devemos alargar automaticamente essa instrução para concluir que todas as mulheres, independentemente das qualificações ou da natureza da atividade, receberam exatamente a mesma responsabilidade em todos os contextos.

Resultado: existe uma responsabilidade de ensino e formação; o cumprimento dessa responsabilidade não depende necessariamente da criação de um programa formal denominado "ministério das mulheres".

6.5 Princípios: que verdades orientam a prática?

Podemos identificar pelo menos seis princípios.

Princípio 1 - O caráter de quem ensina é relevante. A experiência, por si só, não é suficiente. Paulo associa a responsabilidade de ensinar a qualificações morais e espirituais.

Princípio 2 - O ensino deve ser coerente com a sã doutrina. Não basta transmitir opiniões pessoais, costumes locais ou preferências individuais como se fossem mandamentos bíblicos.

Princípio 3 - A formação entre gerações tem valor. As mulheres mais experientes têm uma responsabilidade na formação das mais novas. O texto não reduz essa formação à transmissão de informação; inclui orientação para a vida.

Princípio 4 - O ensino deve produzir efeitos na vida. Os versículos 4-5 apresentam disposições e comportamentos concretos.

Uma atividade que não procura formar a vida cristã perde parte essencial do seu propósito.

Princípio 5 - O testemunho cristão importa. Paulo relaciona a conduta com a reputação da Palavra de Deus. A formação deve contribuir para um testemunho coerente, não apenas para a realização de atividades.

Princípio 6 - A responsabilidade deve ser efetivamente exercida. Se a igreja reconhece esta instrução como normativa, precisa de considerar como as mulheres mais velhas poderão realizar essa tarefa. Não basta concordar teoricamente com o texto e deixar a formação sem meios concretos.

O sexto princípio é uma inferência prática: a passagem não ordena explicitamente que cada igreja crie um programa, mas uma igreja que queira cumprir a responsabilidade descrita deve considerar formas reais de a concretizar.

6.6 Exemplo bíblico: o que o texto modela e o que não modela?

Tito 2:3-5 apresenta um padrão de formação entre mulheres de diferentes gerações. Nesse sentido, é um modelo bíblico para a vida da igreja. Todavia, precisamos de separar duas coisas:

- **O modelo relacional e formativo:** mulheres mais velhas ensinam e orientam mulheres mais novas.
- **O formato organizacional:** como a igreja organiza essa relação na prática.

O primeiro está presente no texto. O segundo não é detalhado. A passagem não descreve uma conferência, uma aula numa sala, um encontro semanal, uma reunião numa casa ou um programa de formação com calendário definido. Logo, não podemos transformar um formato específico na única forma bíblica de cumprir a instrução, a menos que outra evidência bíblica demonstre essa exclusividade.[12]

[12] Fee e Stuart fazem uma distinção semelhante a propósito das narrativas bíblicas: os pormenores incidentais à lição principal não constituem modelos normativos, e um precedente

Também não devemos cometer o erro inverso: o facto de o texto não prescrever o formato não significa que qualquer formato seja adequado. A liberdade de organização continua subordinada ao propósito, ao conteúdo e às limitações bíblicas.

6.7 Inferências: o que podemos concluir a partir do texto?

Aqui precisamos de avaliar a força de cada conclusão, usando a escala da Terceira.

Inferência	Força e justificação
As mulheres mais velhas devem assumir uma responsabilidade formativa em relação às mais novas.	Forte: corresponde diretamente à instrução do texto.
A igreja deve criar condições para que essa formação aconteça.	Forte como implicação prática da responsabilidade, embora o modelo administrativo não seja prescrito.
O ensino pode ser organizado em pequenos grupos ou encontros regulares.	Plausível: são meios compatíveis com a instrução, desde que respeitem os seus limites.
Uma conferência pode servir a finalidade de Tito 2.	Plausível: depende do conteúdo, das participantes, das responsáveis e da maneira como a atividade é realizada.
Tito 2 exige que as conferências sejam supervisionadas por um determinado cargo eclesiástico.	Não demonstrado por esta passagem isoladamente. Poderá ser discutido com base noutros textos e princípios de governo da igreja.
Tito 2 proíbe conferências porque não as menciona.	Inferência inválida: a ausência de descrição de uma modalidade não estabelece, por si só, uma proibição.
Tito 2 autoriza expressamente todas as modalidades modernas de ensino feminino.	Também não demonstrado: a passagem não fornece uma autorização explícita e ilimitada para qualquer modalidade.

pode ser um padrão repetível sem dever ser considerado normativo. Fee e Stuart, *Entendes o que lês?*, cap. 6.

A diferença entre as duas últimas conclusões é fundamental. O argumento correto não é "Paulo não proibiu, portanto tudo é permitido", nem "Paulo não mencionou, portanto tudo é proibido". O argumento mais sólido é este: a instrução estabelece responsabilidades e limites, mas não fixa um formato organizacional exclusivo; por isso, cada formato precisa de ser avaliado à luz do que o texto exige e do restante ensino bíblico aplicável.

6.8 Implicações: que consequências decorrem da passagem?

As implicações podem ultrapassar o que Paulo descreveu concretamente, sem que isso signifique que devemos atribuir-lhe consciência de todas as aplicações posteriores.

Implicações diretas para a vida da igreja. Se as mulheres mais velhas devem ensinar as mais novas, então:

- A igreja deve valorizar a experiência e a maturidade cristã;
- O ensino entre gerações não deve ser deixado inteiramente ao acaso;
- A formação deve considerar necessidades concretas da vida cristã;
- O caráter das responsáveis deve ser levado a sério;
- A igreja deve avaliar se as suas práticas estão realmente a produzir a formação pretendida.

Estas conclusões decorrem naturalmente da instrução, embora nem todas sejam formuladas como mandamentos administrativos explícitos.

Implicações organizacionais. A passagem permite-nos perguntar: como pode uma igreja com poucas mulheres maduras assegurar essa formação? E como pode uma igreja com muitas mulheres organizar o ensino sem sobrecarregar poucas pessoas? Daqui podem resultar diferentes soluções: acompanhamento individual, grupos pequenos, encontros regulares, programas de formação, conferências ocasionais ou uma combinação de várias modalidades. Estas soluções não têm todas de ser adotadas. São possibilidades que devem ser avaliadas segundo a realidade da igreja.

Uma conferência, por exemplo, pode servir para transmitir ensino a muitas participantes, mas não garante, por si só, acompanhamento pessoal ou formação duradoura. Uma igreja pode utilizar a conferência como complemento de relações de discipulado, sem a confundir com o cumprimento integral de todas as responsabilidades de Tito 2.

Implicações que o autor talvez não tenha considerado conscientemente. Paulo não precisava de ter pensado em todas as modalidades modernas de formação para que os princípios da sua instrução fossem aplicáveis a elas. Recorda os três níveis que distinguimos na Terceira parte: a intenção autoral (o que Paulo pretendia comunicar aos destinatários no contexto da carta), a implicação lógica ou teológica (o que decorre necessariamente ou com forte fundamento do que escreveu) e a aplicação posterior (a maneira como uma igreja atual utiliza a instrução para tomar decisões numa realidade diferente). Uma conferência de mulheres pertence ao terceiro nível: é uma modalidade contemporânea que pode ser avaliada à luz da instrução. Não é necessário afirmar que Paulo a imaginou; também não é legítimo afirmar que a sua ausência no contexto original a torna antibíblica.

6.9 Limitações: o que restringe o exercício deste ensino?

Agora aplicamos a dimensão da Quarto: identificar a origem, a natureza e a extensão de cada limite.

Tipo de limitação	Aplicação a Tito 2:3-5	O que não devemos concluir automaticamente
Explícita	Qualificações morais das mulheres mais velhas; ensino do bem; orientação das mais novas.	Que só podem ensinar numa casa ou num pequeno grupo.
Doutrinária	O ensino deve ser coerente com a sã doutrina.	Que uma determinada tradição local equivale necessariamente à sã

Tipo de limitação	Aplicação a Tito 2:3-5	O que não devemos concluir automaticamente
		doutrina.
Finalística e funcional	A formação deve ensinar o bem, orientar as mais novas e contribuir para a vida cristã e para o bom testemunho da Palavra.	Que qualquer evento com resultados positivos é, por isso, biblicamente correto.
Pessoal	O texto atribui a responsabilidade às mulheres mais velhas, com as qualificações descritas (reverência e bom procedimento).	Que idade cronológica, sem maturidade, é suficiente; ou que a passagem resolve, por si só, todas as questões sobre outros ministérios femininos.
Relacional	O texto estabelece uma relação formativa entre mulheres mais velhas e mais novas.	Que toda a formação tem de ocorrer exclusivamente entre duas pessoas.
Formal	Não é indicado um formato exclusivo (aulas, encontros domésticos, pequenos grupos ou conferências).	Que todas as formas são automaticamente legítimas ou que nenhuma pode ser restringida por outras instruções bíblicas.
Prudencial	A igreja pode organizar o exercício segundo os seus recursos e necessidades.	Que uma decisão administrativa da igreja é, por si só, um mandamento divino.

O que é determinado pelo texto (conteúdo normativo):

- O perfil moral e espiritual das mulheres mais velhas;
- A responsabilidade de ensinar o bem;
- A orientação dirigida às mulheres mais novas;
- Os comportamentos e as disposições apresentados nos versículos 4-5;
- A finalidade de preservar o bom testemunho da Palavra de Deus.

O que não é especificado como formato exclusivo (formas de organização): ensino individual, reuniões de pequenos

grupos, encontros regulares de mulheres, conferências ou jornadas de ensino, programas de formação com várias sessões.

O que exige avaliação adicional (formas concretas e os seus limites): uma conferência, por exemplo, não se torna automaticamente legítima só porque o texto não a proíbe. É preciso verificar se preserva o conteúdo, as qualificações, os destinatários e a finalidade bíblica, e se respeita as demais instruções aplicáveis. Da mesma forma, não se deve proibir uma conferência simplesmente porque o texto não menciona essa modalidade: a ausência de uma forma no texto não prova, por si só, nem a sua proibição nem a sua aprovação.

Aqui está o ponto central: a abertura quanto à forma não significa ausência de limites; significa que os limites bíblicos não devem ser ampliados arbitrariamente para proibir formas que o texto não exclui.

A natureza permissiva da forma. Neste caso, a natureza permissiva diz respeito principalmente ao espaço que o texto deixa para a organização do ensino. A instrução pode ser obrigatória, enquanto a forma de a realizar permanece aberta. Se uma igreja decide realizar um encontro anual para mulheres, a questão bíblica não se resolve perguntando se a palavra "conferência" aparece na carta. É necessário perguntar:

1. Quem ensina?
2. O conteúdo é coerente com a sã doutrina?
3. A atividade promove a formação descrita?
4. As responsáveis correspondem às qualificações relevantes?
5. A organização respeita outras instruções bíblicas aplicáveis?
6. O formato escolhido serve efetivamente o objetivo?

Se as respostas forem favoráveis, a ausência de uma prescrição específica sobre conferências não constitui, por si só, fundamento para as proibir. O limite bíblico deve restringir aquilo que o texto efetivamente restringe; não deve ser estendido a uma forma organizacional apenas porque essa forma é recente, desconhecida ou diferente da tradição local.

6.10 Limitações humanas e práticas: a igreja não é omnipotente

A aplicação também deve considerar as limitações reais das pessoas e da comunidade. Uma igreja pode ter poucas mulheres maduras, dificuldades de deslocação, recursos financeiros limitados ou participantes com responsabilidades familiares. Essas condições afetam a escolha do formato, mas não alteram automaticamente o significado do texto. Por exemplo:

- Uma igreja pequena pode preferir o acompanhamento pessoal;
- Uma igreja maior pode organizar vários grupos e encontros gerais;
- Uma igreja com poucas responsáveis qualificadas pode investir primeiro na sua formação;
- Uma igreja com participantes dispersas geograficamente pode considerar modalidades complementares de comunicação.

Estes exemplos são decisões prudenciais, não mandamentos retirados diretamente de Tito 2. É aqui que o medidor da escala se torna útil: uma forma pode funcionar para dez participantes e revelar-se inadequada para cem. Isso não a torna necessariamente antibíblica; pode simplesmente exigir adaptação. O objetivo é preservar a responsabilidade bíblica sem transformar uma solução organizacional numa regra universal.

6.11 Aplicação prática: que formas podem ser legítimas?

Consideremos quatro cenários.

Cenário A - Acompanhamento individual (compatível). Uma mulher madura acompanha uma mulher mais nova, orientando-a em questões relacionadas com a vida cristã e o conteúdo de Tito 2. É uma forma que se ajusta naturalmente ao princípio de formação entre gerações.

Cenário B - Encontro mensal de mulheres (compatível). Mulheres qualificadas ensinam e as participantes discutem aplicações práticas. O formato coletivo não elimina o princípio da passagem, desde que o ensino e os seus objetivos sejam preservados.

Cenário C - Conferência anual (potencialmente compatível). A igreja reúne mulheres de várias comunidades para um programa de ensino bíblico. A dimensão, a publicidade ou o caráter formal do evento não o tornam automaticamente proibido. A legitimidade depende do conteúdo, das responsáveis, da finalidade e do respeito pelos demais limites bíblicos.

Cenário D - Evento sem conteúdo formativo relevante (não cumpre, por si só, o objetivo). A igreja organiza um evento para mulheres, mas não há ensino do bem, formação coerente com a sã doutrina ou intenção de cumprir a responsabilidade descrita. O facto de ser uma atividade feminina não significa que satisfaça Tito 2:3-5. A forma, por si só, não garante conformidade com o texto.

Repara que a avaliação não é feita pela novidade ou antiguidade da forma, mas pela relação entre o formato e a instrução bíblica.

6.12 Avaliação prudencial: os medidores complementares

Depois de estabelecer a legitimidade bíblica, avaliamos a adequação prática de cada modalidade.

Medidor	Pergunta aplicada ao ministério das mulheres
Finalidade	A atividade promove a formação pretendida em Tito 2?
Edificação	As participantes são efetivamente instruídas e fortalecidas?
Escalabilidade	O formato funciona com o número previsto de participantes?
Sustentabilidade	A igreja consegue manter a atividade sem sobrecarregar as responsáveis?
Capacidades	Existem mulheres qualificadas para conduzir o ensino?
Necessidade	Que necessidades de formação estão por atender?
Continuidade	Há oportunidades para aprofundar e

Medidor	Pergunta aplicada ao ministério das mulheres
	aplicar o ensino depois do evento?
Elasticidade espiritual	A prática regular cultiva hábitos de aprendizagem, serviço e responsabilidade cristã?
Adaptabilidade	O formato pode mudar sem abandonar o princípio bíblico?
Revisão	A igreja consegue reconhecer e corrigir falhas na interpretação ou na execução?

Estes medidores não substituem a exegese. Servem para avaliar a qualidade e a adequação de uma aplicação depois de identificados os seus fundamentos e limites bíblicos. Uma conferência pode ser biblicamente legítima, mas mal organizada. Um pequeno grupo pode ser bem organizado, mas ensinar doutrina errada. A legitimidade bíblica e a qualidade prática são questões relacionadas, mas distintas.

6.13 Revisão crítica: que erros de interpretação devemos evitar?

Aplicando o sistema, encontramos pelo menos seis erros possíveis.

Erro 1 - Confundir silêncio com proibição. A passagem não menciona conferências; disso não se conclui que as proíba.[13]

Erro 2 - Confundir silêncio com autorização irrestrita. A ausência de um formato exclusivo não elimina as qualificações, o conteúdo e a finalidade estabelecidos no texto.

Erro 3 - Transformar uma aplicação em mandamento. Uma igreja pode preferir o ensino individual, mas precisa de demonstrar por que razão esse formato seria obrigatório para todas as igrejas, se pretende impor essa exigência como mandamento bíblico.

[13] Cf. Carson, *Falacias exegéticas*, 107-108, sobre a inferência negativa.

Erro 4 - Ignorar os limites doutrinários. Uma atividade não se torna legítima apenas porque pretende ajudar mulheres. A intenção positiva não substitui a conformidade com as Escrituras.

Erro 5 - Exigir que toda a prática moderna tenha um exemplo bíblico idêntico. A Bíblia não precisa de descrever cada formato contemporâneo para que os seus princípios sejam aplicáveis a ele.

Erro 6 - Confundir prudência com autoridade divina. Uma igreja pode estabelecer regras organizacionais para gerir o seu trabalho. Deve, porém, distinguir essas regras das instruções que atribui diretamente a Deus.

6.14 Conclusão metodológica da aplicação

A análise de Tito 2:3-5 pelo nosso sistema conduz a uma conclusão delimitada:

1. **Texto e mandamento:** Paulo atribui às mulheres mais velhas qualificadas a responsabilidade de ensinar o bem e instruir as mais novas.
2. **Princípios:** o ensino deve estar associado ao caráter, à sã doutrina, à formação prática e ao testemunho cristão.
3. **Exemplo:** a passagem apresenta um padrão de formação entre gerações, não um modelo administrativo completo.
4. **Inferências:** é razoável concluir que a igreja deve considerar meios concretos de promover essa formação.
5. **Implicações:** os princípios podem orientar modalidades que Paulo não descreveu expressamente, sem que se atribua ao autor a intenção consciente de prescrever essas modalidades.
6. **Limitações:** as qualificações, o conteúdo, os destinatários e a finalidade delimitam a atividade; outras instruções bíblicas também podem ser relevantes.
7. **Natureza permissiva:** o texto não fixa um formato organizacional exclusivo, pelo que diferentes formas podem ser avaliadas como aplicações legítimas.
8. **Aplicação prática:** acompanhamento individual, pequenos grupos, encontros e conferências são possibilidades a avaliar, não mandamentos nem proibições deduzidos automaticamente do silêncio do texto.
9. **Avaliação prudencial:** a escolha entre essas formas deve considerar edificação, capacidades, recursos, continuidade e adequação à igreja.

10. **Revisão:** tanto quem defende uma forma como quem a rejeita tem o dever de fundamentar a sua conclusão, distinguindo exigência bíblica, inferência e preferência organizacional.

Conclusão

Se há uma ideia que queremos que leves contigo, é esta: muitas vezes, a nossa luta não é contra um princípio bíblico, mas contra uma forma particular de o aplicar. Confundimos o que a Escritura exige com o que aprendemos a fazer e, aos poucos, atribuímos à nossa prática a autoridade do próprio texto. Não devemos medir a fidelidade de uma prática pela sua semelhança com a nossa tradição, mas pela sua conformidade com a Escritura, pela coerência da interpretação e pela adequação da aplicação.

A regra final do nosso sistema pode ser formulada assim:

Uma prática cristã deve ser avaliada não apenas pelo que as Escrituras mandam ou proíbem explicitamente, mas também pelos princípios, exemplos, inferências e implicações legitimamente extraídos delas. Ao mesmo tempo, devemos identificar a natureza e a extensão dos limites bíblicos, distinguir esses limites das decisões prudenciais e reconhecer o espaço de liberdade que o texto deixa para a aplicação. Não devemos impor como mandamento aquilo que é apenas uma forma possível de obedecer, nem utilizar a liberdade de forma para ultrapassar aquilo que Deus efetivamente estabeleceu.

Agora é contigo. Pega numa prática da tua igreja, seja o círculo, a oferta, o ensino das irmãs ou qualquer outra, e percorre os treze medidores e os treze passos. Distingue o que é mandamento do que é princípio, o que é inferência do que é preferência, o que é limite bíblico do que é limite que nós próprios criámos. E, sobretudo, estejamos dispostos, tu e nós, a corrigir uma interpretação ou uma aplicação sempre que as Escrituras e as evidências o demonstrarem.

Obras Consultadas

Carson, D. A. *Falacias exegéticas*. Tradução de Beatriz Fernández. Viladecavalls: CLIE, 2013.

Fee, Gordon D.; Stuart, Douglas. *Entendes o que lês? Um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica*. Tradução de Gordon Chown e Jonas Madureira. 4.ª ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2022.

Gorman, Michael J. *Introdução à exegese bíblica*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

Osborne, Grant R. *A espiral hermenêutica: uma nova abordagem à interpretação bíblica*. Tradução de Daniel de Oliveira, Robinson N. Malkomes e Sueli da Silva Saraiva. São Paulo: Vida Nova, 2009.

Terry, Milton S. *Biblical Hermeneutics: A Treatise on the Interpretation of the Old and New Testaments*. Nova Iorque: Phillips & Hunt, 1885.

Virkler, Henry A. *Hermenêutica avançada*. São Paulo: Vida, 1987.

COMO AVALIAR UMA PRÁTICA DA IGREJA

O NOSSO SISTEMA DE MEDIDORES E A SUA APLICAÇÃO A TITO 2:3-5

Este **livreto** apresenta um método bíblico, claro e aplicável, para avaliar práticas da igreja com equilíbrio, discernimento e fidelidade às Escrituras. A partir de princípios sólidos, o autor desenvolve um sistema de treze medidores que ajuda a discernir o valor, a legitimidade, os limites e as implicações de qualquer prática, evitando tanto o legalismo quanto a mera permissividade.

A obra culmina com a aplicação do sistema a Tito 2:3-5, examinando o ministério das irmãs na igreja, e oferecendo orientações práticas e saudáveis para a vida e a ordem da igreja local.

NESTE LIVRETO, VOCÊ ENCONTRARÁ:

- Os **alicerces** do sistema e distinções essenciais.
- Os **treze medidores**, com explicação e aplicação.
- O tratamento das **inferências** e das suas implicações.
- As **limitações bíblicas**, os seus tipos e a sua natureza.
- Um **método completo**, em sequência, para avaliação.
- A **aplicação prática** a Tito 2:3-5, com análise do texto, princípios, mandamento, exemplo e inferências.

LUIS DA SILVA

É cristão, servo do Senhor e escritor, envolvido no ensino e na edificação da igreja. Tem se dedicado ao estudo das Escrituras, à formação bíblica e à produção de materiais que auxiliam os crentes a compreender, aplicar e viver a Palavra de Deus de forma prática e equilibrada.